

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2025

Aos 10 dias do mês de junho de 2025, às 18h30, no Centro de Pastoral da Igreja Santa Edwiges, na Rua Fernando Fernandes, 501, Conj. Hab. Carlos Cassucci, São José do Rio Pardo, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, previamente divulgada no Diário Oficial nº 1582 de três de junho de 2025.

A pauta da reunião foi composta pelos seguintes itens: 1. Processo seletivo emergencial; 2. Indicadores apresentados pelo município; 3. Trabalho realizado pela W.A. Consultoria; 4. Atendimento no Pronto Socorro; 5. Atendimento na UPA; 6. Fila de espera por consultas; 7. Transporte de pacientes; 8. Impactos das queimadas na saúde pública.

Estiveram presentes: Letícia de Lima Freire Gonçalves (Titular - Governo Gestor); Pedro A. B. Smarieri (Titular-Usuários); Sonia Ap. Blasí Castoldi (Titular-Usuários); João Pedro da Silva Lopes Salles (Titular-Usuários); Ana Lúcia Xavier Lopes (Titular-Usuários); Edilene Maria Garcia Felicíssimo (Suplente - Hospital São Vicente); Leila B. da S. Oliveira (Suplente - Governo Gestor).

Municípios: Lígia Helena Passoni; Cecília Felício; Guilherme A. R. da Silva; Geralda da Rosa Cremasco; Rubens ...; Márcio Chaves; Frederico Blascke; Gabriel S. Féchio.

A reunião teve início com a palavra do presidente Pedro Baisi, que esta reunião marca o início das reuniões itinerantes do Conselho Municipal de Saúde e pediu aos participantes que propagassem essa modalidade das reuniões para que pudéssemos ficar mais próximos da população

Logo após, a ata da reunião de maio foi lida pela secretária Sonia Castoldi, Letícia Freire solicita que seja acrescentada mais informação a respeito do assunto da implementação dos desfibriladores, sendo assim a secretária do conselho se compromete a fazer as adequações. A seguir, prosseguimos levantando a pauta do atendimento no Pronto Socorro (P.S.) e fomos informados por Edilene Felicíssimo que o P.S. tem um livro de registros, onde constam os números de atendimentos diários e que se faz um fechamento mensal por bairros atendidos. O P.S. conta com médicos especialistas de retaguarda, que são acionados conforme a necessidade de cada caso. Mesmo nos fins de semana, quando a procura se concentra apenas no P.S., são atendidos casos de pediatria e de pessoas com convênios, sendo que todos os atendimentos são devidamente registrados e enviados para a Secretaria de Saúde. Os conselheiros que tiverem interesse podem solicitar a verificação desse livro de registros.

Pedro Smarieri informou que os dados são informatizados na Secretaria de Saúde. Letícia Freire relatou que não conseguiu verificar o número de atendimentos por demanda de ESF no P.S., pois a procura estava muito elevada e o levantamento de dados por bairros ainda não foi realizado. João Pedro Salles sugeriu que sejam disponibilizadas informações por faixa etária e território. Pedro Smarieri também sugeriu que seja identificado qual região mais procura o P.S. após as 17 horas, considerando que as UBSs encerram o atendimento nesse horário. Destacou, ainda, que, para que o Conselho possa auxiliar nessas situações, é necessário saber qual região apresenta maior demanda, a fim de possibilitar uma avaliação adequada nas UBSs.

A munícipe Lígia Passoni apresentou uma reclamação, relatando que, ao procurar atendimento médico, é informada de que não há vagas na UBS e, por esse motivo, é encaminhada ao P.S. E que quando precisa fazer controle da Pressão Arterial, se vai várias vezes, a própria profissional questiona se a pessoa não vai parar de ir.

O munícipe Gabriel Féchio afirmou que, em períodos de pandemia de Covid-19 e de surtos de Dengue, as pessoas que procuravam a UBS no período noturno — quando o horário de atendimento estava estendido até as 22 horas — eram encaminhadas ao P.S. Diante disso, questionou quais são os critérios adotados para o encaminhamento de pacientes ao P.S., mesmo quando a UBS está em funcionamento.

Lígia Passoni afirmou que o atendimento não é humanizado e que a falta de vagas é constante. Márcio Chaves relatou que não havia vagas na UBS e que o atendimento é realizado conforme o número de vagas disponíveis. Informou que, quando as vagas se esgotam, os pacientes são encaminhados ao P.S.

E-mail: cms@saojosedoriopardo.sp.gov.br

PM

Pedro Smarieri sugeriu que as pessoas façam reclamações, inclusive aquelas referentes aos funcionários, para que providências possam ser tomadas.

Lígia Passoni relatou que está em tratamento para crise de ansiedade e depressão, e que, ao consultar com a médica, recebeu um atendimento muito atencioso. Contudo, afirmou que a enfermeira lhe dirigiu palavras desrespeitosas, chamando-a de obesa e dizendo que nem o asilo a queria. Relatou que foi falado de humanização e de educação no atendimento.

Márcio Chaves ressaltou que essa situação geralmente ocorre quando uma pessoa é concursada e permanece por muito tempo no cargo. Destacou a necessidade de remanejar os funcionários, pois os colegas acabam se protegendo e se blindando contra as reclamações. Enfatizou a importância de evitar a formação de "panelinhas". Salientou que essa discussão é relevante, pois impacta diretamente a qualidade do serviço público.

João Pedro Salles opinou que é necessário analisar a estrutura como um todo e que também é preciso ouvir os funcionários para obter um parecer completo dos fatos.

Pedro Smarieri lembrou que, no dia em que visitaram o ESF Cassucci (Pedro, Andréa e Sônia), não foram bem recebidos inicialmente, tendo sido acolhidos apenas após a apresentação feita por Leila, que explicou o propósito da visita. Comentou que o concursado possui estabilidade, age conforme sua vontade e, quando alguém chama sua atenção, alega perseguição.

Quanto ao prédio do ESF Cassucci, trata-se de uma estrutura pequena, com salas apertadas. Existe um prédio maior em construção, porém as obras estão paradas, pois a empresa vencedora da licitação abandonou o serviço.

Foi destacado que Lígia Passoni deve formalizar uma reclamação por escrito para que o conselho possa tomar as providências cabíveis. Lígia Passoni também reclamou que os funcionários não respeitam a chefia.

Letícia Freire sugeriu a abertura de uma ouvidoria anônima.

Leila Oliveira, coordenadora da Atenção Básica dos ESFs, afirmou que as informações precisam ser pontuais para que providências possam ser tomadas. Destacou a importância de encontrar soluções para esses problemas e de somar forças para ajudar na resolução. Confirmou ainda que está realizando avaliações em cada ESF.

Pedro Smarieri sugeriu que o Conselho faça uma denúncia para acompanhar o caso e realizar uma solicitação formal à Secretaria de Saúde, considerando que a reclamação refere-se ao atendimento dos funcionários, e que a enfermeira Adriele não possui voz ativa junto a eles. Em resposta, Márcio Chaves afirmou que não é possível formalizar a denúncia sem provas, ressaltando que são situações enraizadas que precisam ser corrigidas, e que a denúncia deve partir de uma reclamação pública. Pedro Smarieri argumentou que o Conselho pode realizar essa ação. Márcio complementou que é necessário o suporte jurídico nesses casos. Por fim, Pedro Smarieri afirmou que pode ser aberta uma sindicância.

O munícipe Guilherme da Silva sugeriu a realização de uma reunião de avaliação a cada três meses.

Leila Oliveira informou que uma empresa está realizando a capacitação dos funcionários.

Gabriel Féchio informou que trabalha na área da Educação e que a Secretaria de Educação oferece capacitações e avaliações, destacando que, caso o profissional não atinja os objetivos, ele é transferido. Pedro Smarieri comentou que a realidade da Educação é diferente da Saúde, principalmente porque os salários não são equivalentes.

Márcio Chaves sugeriu que é necessário ouvir a comunidade regularmente e que, inicialmente, deve ser aberta uma sindicância.

Letícia Freire afirmou que há convivência entre os funcionários. Informou que as reclamações recebidas pela ouvidoria foram analisadas e que foram elaboradas normas;



caso essas normas não sejam respeitadas, será aberta uma sindicância. Ressaltou que o funcionário também precisa ser ouvido e que questões pessoais devem ser tratadas com muita seriedade.

A munícipe Lígia Passoni relatou ter sofrido bullying por parte de uma funcionária dentro da unidade de saúde. Pedro Smarieri orientou que ela formalize a denúncia por meio da ouvidoria.

Pedro também sugeriu que a estrutura pública deve fornecer orientações aos usuários sobre os canais para apresentação de reclamações. Letícia Freire afirmou que já existe uma ouvidoria acessível por vários meios, como telefone, e-mail e WhatsApp, e destacou que muitas pessoas não realizam reclamações por medo de retaliação.

A munícipe Lígia Passoni informou a Leila Oliveira que, desde que ela assumiu, há uma meta de visitas estabelecida desde 2023, e que, antes disso, as visitas não eram realizadas por não serem cobradas, mas que agora os profissionais são obrigados a cumpri-las.

O munícipe Guilherme da Silva opinou que o Conselho é um órgão de controle social e deve dispor de um espaço para a participação popular. Destacou que as reuniões itinerantes são muito positivas e que o serviço público existe para servir às pessoas, havendo necessidade de integrar o serviço e os usuários. Perguntou se existe a possibilidade de criar um serviço com essa finalidade. Letícia Freire respondeu que ainda não há, mas que seria muito bom se essa possibilidade fosse implementada. Ela também afirmou que a ouvidoria recebe muitas reclamações, porém o público não comparece às reuniões. Acrescentou que Valéria, da ouvidoria - SUS, não tem a disponibilidade de visitar as unidades, sendo necessário resolver os problemas na própria unidade.

Por fim, Letícia Freire explicou que o ESF deve priorizar um número maior de atendimentos agendados em relação à demanda espontânea, conforme protocolo estabelecido. Informou que a agenda prevê quatro consultas agendadas por hora e duas vagas por hora destinadas à demanda espontânea. Pedro Smarieri afirmou que falta uma ação efetiva em relação à chefia do ESF e que é necessário exigir uma resolução para a situação.

Houve queixas sobre a demora na entrega dos resultados de exames laboratoriais. Edilene Felicíssimo demonstrou preocupação com essa situação.

Foi explicado à plenária que as unidades agendam os exames conforme o seu fluxo interno, porém o prazo para a entrega dos resultados depende da clínica responsável. Informou-se, ainda, que há registros de que, em algumas situações, os exames foram armazenados de forma inadequada, o que pode ocasionar atrasos. Ressaltou-se, no entanto, que é necessário entrar em contato com a clínica para que ela se manifeste enquanto prestadora de serviços.

As munícipes solicitaram que fosse discutida a questão do transporte por ambulâncias, que, segundo relataram, não está mais funcionando. Informaram que, quando o paciente agenda consulta em outro ESF ou UBS, não há transporte disponível, sendo o serviço oferecido apenas para pacientes acamados. Pedro Smarieri explicou que o serviço foi suspenso porque algumas pessoas o utilizavam para outros fins, como se fosse um transporte particular, semelhante ao Uber. Sugeriu, ainda, que o paciente solicite o transporte no momento do agendamento da consulta.

Quanto às respostas dos ofícios enviados pelo Conselho à Pediatria e à Secretaria de Saúde, foram registradas as seguintes respostas:

- O setor de Pediatria informou que realiza atendimentos até às 16 horas, pois, após esse horário, os pediatras não podem permanecer na unidade para consultas. Assim, o período restante é destinado a outras atividades relacionadas ao serviço. Letícia Freire comentou que a contratação de pediatras tem sido difícil, mas que o credenciamento para esses profissionais permanece aberto.
- Quanto à resposta da Secretaria de Saúde, foi informado que, para a instalação de um aparelho DEA na unidade, é necessário que haja uma alta demanda de pacientes, não sendo, portanto, obrigatória a presença do equipamento no local.

E-mail: cms@saojosedoriopardo.sp.gov.br





Pedro Smarieri afirmou que, mesmo não sendo obrigatória a aquisição do equipamento, nada impede que o Conselho faça um pedido para inclusão no orçamento do ano de 2026. Letícia Freire explicou que esse tipo de equipamento, geralmente, é adquirido por meio de emendas parlamentares. Pedro Smarieri questionou se o Conselho está de acordo em solicitar o DEA, ao menos para as unidades mais distantes do P.S., e todos os conselheiros concordaram por unanimidade.

Pedro Smarieri também abordou o contrato que a UNIP mantém com o município para o encaminhamento de médicos às unidades de saúde, destacando que nem todas as unidades possuem essa parceria. Letícia Freire explicou que a própria UNIP define o destino dos médicos e escolhe as unidades para as quais eles serão encaminhados. Pedro Smarieri sugeriu que o Conselho questione quais são os critérios utilizados para essa escolha. Letícia Freire acrescentou que é necessário que um médico professor acompanhe os alunos e que a distribuição ocorre por meio de uma escala organizada pela instituição. Ressaltou, ainda, que algumas unidades não possuem estrutura física adequada para receber o número de alunos médicos designados para o atendimento.

Quanto ao processo seletivo emergencial, realizado em 1º de junho devido ao aumento dos casos de bronquiolite, foi informado que a classificação já foi divulgada e que foram contratados três técnicos de enfermagem e um enfermeiro. A convocação também foi publicada no Diário Oficial.

O munícipe Gabriel Féchio questionou o motivo da demora na tomada de providências em casos de doenças sazonais. Letícia Freire explicou que o Ministério da Saúde já prevê essas situações, mas que o município precisa aguardar o aumento da demanda, pois pode não haver necessidade imediata. Por essa razão, o município não pode abrir processos seletivos antecipadamente sem comprovação da necessidade, como ocorreu no caso da epidemia de bronquiolite. Informou, ainda, que o concurso possui validade de um ano e que o município elabora estratégias emergenciais para o enfrentamento dessas doenças.

Pedro Smarieri comentou que esteve presente na apresentação da prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2025, realizada pela Secretaria de Saúde, em cumprimento à Lei Complementar nº 141/2012. Afirmou que a apresentação havia sido previamente disponibilizada aos conselheiros.

João Pedro Salles protestou, afirmando que recebeu a documentação às 21h45 do dia anterior à reunião, cuja apresentação estava marcada para as 8h30 da manhã seguinte. Acrescentou que, enquanto acompanhava as reuniões do conselho na condição de munícipe, presenciou situações em que documentos foram apresentados para apreciação e deliberação no mesmo dia. Ressaltou que o regimento interno prevê um prazo mínimo de três dias para que os conselheiros possam analisar a documentação, e solicitou que a Secretaria de Saúde passe a respeitar esse prazo. Letícia Freire respondeu que tentará cumprir esse prazo.

Pedro Smarieri menciona que os números apresentados na reunião de prestação de contas constatavam que os gráficos dos indicadores dispararam em algumas áreas por que umas não têm demanda. Por exemplo, psiquiatria é o que mais tem demanda junto com neurologia e o custo desta especialidade saltou. Existem especialidades em falta, por exemplo, vascular, que tem demanda, mas não tem profissional.

João Pedro Salles informou que entrou em contato com Aldo, da W.A., e que a empresa estaria à disposição para realizar uma reunião com o Conselho, desde que avisada com um mês de antecedência. Letícia Freire, Pedro Smarieri e Márcio Chaves sugeriram aguardar a conclusão do trabalho e, ao final do contrato, tomar conhecimento dos resultados.

João Pedro Salles sugeriu a realização de uma votação para verificar o andamento dos trabalhos da W.A. antes de sua conclusão. Pedro Smarieri afirmou que não havia quórum para a votação, mencionando inclusive o estatuto do Conselho. Contudo, João Pedro Salles insistiu na realização da votação, que não ocorreu. Márcio Chaves sugeriu que os conselheiros sejam treinados para avaliar os dados com eficiência.

Quanto à repercussão das reclamações relacionadas aos atendimentos no P.S., Letícia Freire informou que o P.S. adotou um protocolo para classificação dos atendimentos por ordem de emergência, no qual a gravidade do caso é avaliada na triagem.

A clínica IMD, responsável pela realização de tomografias, comunicou que não realizará esses atendimentos devido à falta de repasse de verba. Letícia informou que a Prefeitura repassou a verba à Santa Casa, que, por sua vez, não efetuou o repasse para a IMD.

Sobre a repercussão das filas na UPA, foi informado que o município alterou o protocolo e que, a partir de então, cada unidade será responsável pelo agendamento dos seus atendimentos.

Sobre o impacto das queimadas na saúde pública, Pedro Smarieri sugeriu a criação de métodos de prevenção visando minimizar os efeitos das queimadas na saúde da população.

O Conselho mencionou que a procura pela vacina contra a Influenza está baixa, conforme constatado.

Para a próxima reunião, a data será indicada no grupo de WhatsApp, pois será necessário providenciar o local da reunião itinerante, que em julho será no Bairro Natal Merli.

Nada mais havendo a tratar, o presidente Pedro Smarieri deu por encerrada a reunião às 21h30, solicitando que esta ata fosse lavrada e assinada pelos responsáveis. Eu, Sônia Aparecida Blasi Castoldi, redigi a presente ata.

S. Blasi Castoldi

Sônia Ap. Blasi Castoldi

Secretária do Conselho de Saúde

Nomes	Representação	Assinatura
Letícia de Lima Freire Gonçalves.	Titular - Governo Gestor	<i>Letícia de L. F. Gonçalves</i>
Pedro A. B. Smarieri	Titular-Usuários	<i>Pedro Augusto Bini Smarieri</i>
Sônia Ap. Blasi Castoldi	Titular-Usuários	
João Pedro da S. L. Salles	Titular-Usuários	<i>João Pedro S. L. Salles</i>
Ana Lúcia Xavier Lopes	Titular-Usuários	<i>P. Xavier</i>
Edilene Maria Garcia Felicíssimo	Suplente - Hospital São Vicente	<i>(Assinatura)</i>
Leila B. da S. Oliveira	Suplente - Governo Gestor	<i>(Assinatura)</i>
Lígia Helena Passoni	Munícipe/Ouvinte	
Cecília Felício	Munícipe/Ouvinte	
Guilherme A. R. da Silva	Munícipe/Ouvinte	